



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-846-5 DOI 10.22533/at.ed.465191912 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3” ressalta a multiplicidade de enfoques e abordagens relacionadas à arquitetura e ao espaço urbano, disseminando visões e saberes acerca desses conhecimentos.

Em tempos em que a divulgação científica é vital para a continuidade das importantes pesquisas aqui desenvolvidas, a Atena Editora reafirma seu compromisso em ampliar e democratizar o acesso ao conhecimento.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MUSEU SENSORIAL DO CERRADO SENSORIAL MUSEUM OF CERRADO	
Fabiane Krolow	
Karina Marcondes Colet	
Paulina Aparecida Damin Soldatelli	
Paula Roberta Ramos Libos	
DOI 10.22533/at.ed.4651919121	
CAPÍTULO 2	14
TEATRO VARIEDADES EM RIO CLARO - SP: RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA	
Ícaro Fassoli	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.4651919122	
CAPÍTULO 3	32
AS POTENCIALIDADES PARA ALÉM DO AÇO: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NAS CIDADES DO INTERIOR DE GOIÁS. UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO LUIZ DO NORTE/GO	
Richardson Thomas da Silva Moraes	
Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.4651919123	
CAPÍTULO 4	48
INFORMAR PARA PRESERVAR: A ARQUITETURA MODERNA NO BALNEÁRIO DE CABEÇUDAS	
Giselle Carvalho Leal	
Thayse Fagundes e Braga	
DOI 10.22533/at.ed.4651919124	
CAPÍTULO 5	60
ACESSIBILIDADE EM PATRIMÔNIO CULTURAL: ANÁLISE DO CENÁRIO DO CONJUNTO FRANCISCANO EM JOÃO PESSOA-PB, POR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	
Deborah Padula Kishimoto	
Raissa Silva Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.4651919125	
CAPÍTULO 6	72
OS TOMBAMENTOS VIA LEIS MUNICIPAIS, VALIDADE E IMPLICAÇÕES: O CASO DA MANCHA FERROVIÁRIA DE SANTA MARIA- RS	
Cristiane Leticia Oppermann Thies	
Daniel Maurício Viana De Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4651919126	

CAPÍTULO 7	83
O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA: O CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO PAULO	
Amanda Regina Celli Lhobrigat Melissa Ramos da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4651919127	
CAPÍTULO 8	96
O POUSO DE TROPAS COLONIAL EM BENTO RODRIGUES: O CASO DOS TRABALHOS DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PÓS DESASTRE	
Magno augusto coelho santos	
DOI 10.22533/at.ed.4651919128	
CAPÍTULO 9	108
ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA DECORATIVA: A POLICROMIA DO RETÁBULO DO ALTAR-MOR DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCOS DA PENITÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS/SC	
Laís Soares Pereira Simon	
DOI 10.22533/at.ed.4651919129	
CAPÍTULO 10	122
ESTADO ARQUITECTÓNICO DE LA IGLESIA DEL CARMEN DE LA VILLA 25 DE MAYO, MENDOZA – ARGENTINA	
Guadalupe Cuitiño Alfredo Esteves Laura Najjar	
DOI 10.22533/at.ed.46519191210	
CAPÍTULO 11	134
CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Luciene Gustavo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191211	
CAPÍTULO 12	147
A CIDADE DE BIRIGUI - SP E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PAISAGÍSTICO: O MERCADO MUNICIPAL E SUA PRAÇA ADJACENTE	
Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa Jayne Lopes Moura	
DOI 10.22533/at.ed.46519191212	
CAPÍTULO 13	159
A PAISAGEM CULTURAL DE AMARANTE, PI E A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
DOI 10.22533/at.ed.46519191213	

CAPÍTULO 14	172
ANÁLISE DA PAISAGEM: O PATRIMÔNIO E A PAISAGEM CULTURAL EM VERANÓPOLIS/RS – BRASIL	
Paula Fogaça Alina Gonçalves Santiago Dirceu Piccinto Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46519191214	
CAPÍTULO 15	190
HISTÓRIA, CULTURA E LAZER EM CONEXÃO: INFLUÊNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE DA CIDADANIA NA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
Lara Jhélia de Sousa Sampaio Mariana Luiza Bezerra Sampaio Hanna Morganna de Deus Alves Augusto César Barros de Moura Neiva Myrlla Lorene de Macedo Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.46519191215	
CAPÍTULO 16	202
A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA (BA): USOS DO ESPAÇO PÚBLICO	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.46519191216	
CAPÍTULO 17	217
MINHOÇÃO: ENTRE O TRANSGREDIR E O MEDIAR OS BENS COLETIVOS PRODUZIDOS A PARTIR DE INICIATIVAS DE MORADORES, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES	
Maria Isabel Camañes Guillén	
DOI 10.22533/at.ed.46519191217	
CAPÍTULO 18	231
DO PIONEIRISMO AO ESQUECIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE FERNÃO VELHO, MACEIÓ-AL	
Mônica Peixoto Vianna Carina Letícia Rodrigues Oliveira Falcão Hugo Fernando Calheiros	
DOI 10.22533/at.ed.46519191218	
CAPÍTULO 19	244
EFEITOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA, MINAS GERAIS	
Teresa Cristina Guerra de Andrade Maria Luiza Almeida Cunha de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.46519191219	

CAPÍTULO 20	256
A EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ COMANDADA PELA CTNP E SEUS FUNCIONÁRIOS DO ALTO ESCALÃO	
Layane Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.46519191220	
CAPÍTULO 21	264
A OFERTA IMOBILIÁRIA DE SALVADOR PARA A ALTA RENDA: UTOPIAS, ISOTOPIAS E HETEROTOPIAS	
Sarah Nascimento dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.46519191221	
CAPÍTULO 22	278
URBANISMO BIOCLIMÁTICO: AMBIÊNCIA URBANA E PATRIMÔNIO DA PRAÇA TOCHETTO EM PASSO FUNDO, RS	
Evanisa Fátima Reginato Quevedo Melo Mirian Carasek	
DOI 10.22533/at.ed.46519191222	
CAPÍTULO 23	290
MODIFICAÇÃO DA HABITAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EWERTON MONTENEGRO GUIMARÃES EM VILA VELHA-ES	
Bruna Gonçalves Merisio Cynthia Marconsini Loureiro Santos Liziane de Oliveira Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.46519191223	
CAPÍTULO 24	302
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: INFLUÊNCIA DO PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA PÚBLICA (EPTEC) PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA	
Eufrosina de Azevêdo Cerqueira Diogenes Oliveira Senna Adriele Souza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191224	
CAPÍTULO 25	316
POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANA: O CASO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Reginaldo Magalhães de Almeida Iara Cassimiro de Oliveira Luiza Abreu Campos Almir Teixeira Esquárcio Julia Malard Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191225	

CAPÍTULO 26	328
POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI - BA	
Bruno Miola da Silva Poliana Bomfim Coutrin	
DOI 10.22533/at.ed.46519191226	
CAPÍTULO 27	344
AVALIAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA MANUSEIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NAS HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES DO RIO DE JANEIRO	
Alice Magalhães Garcia Souza Maria Cristina Moreira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.46519191227	
CAPÍTULO 28	357
MECANISMO INTELIGENTE DE GERAÇÃO DE UMA EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA COM O AMBIENTE AUTOMATIZADO	
Wanessa Glanzel Hoffmann Josana Fernandes da Rosa Marcos Rocha Galvão Fagundes de Souza Cleverson Porto da Silva Fernanda Barreto Rafael Bastos Duarte José Wanderson Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.46519191228	
CAPÍTULO 29	370
O RIO GRANDE DO SUL E AS FONTES SUSTENTÁVEIS: ANÁLISE DA MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO	
Denise de Souza Saad Danielle de Souza Saad Caryl Eduardo Jovanovich Lopes Clarissa de Oliveira Pereira Hugo Henzel Steinner	
DOI 10.22533/at.ed.46519191229	
CAPÍTULO 30	380
ESTUDO DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM PONTES E VIADUTOS DE CONCRETO ARMADO NA CIDADE DE CUIABÁ-MT	
Guilherme Antonio Rosa e Silva Nogueira Barbosa Camila Raia Santos Bastos Raquel Alves Fernandes da Silva Maria Fernanda Fávero Menna Barreto Ana Paula Maran	
DOI 10.22533/at.ed.46519191230	
CAPÍTULO 31	393
INFLUÊNCIA DA ADIÇÃO DE AGREGADO RECICLADO EM CONCRETOS: UM ESTUDO SOBRE O CISALHAMENTO EM ELEMENTOS ESTRUTURAIS	
Max Silva Michelle Cordeiro	

CAPÍTULO 32	406
REAPROVEITAMENTO DA CONCHA DE MARISCO COMO AGREGADOS EM ARGAMASSAS E CONCRETOS NÃO ESTRUTURAIS	
João Manoel de Freitas Mota Ronaldo Faustino da Silva Yuri Barros Lima Moraes Ângelo Just Costa e Silva André Miranda Santos	
DOI 10.22533/at.ed.46519191232	
CAPÍTULO 33	417
AZULEJARIA BRASILEIRA E DESIGN	
Flávia Marques de Azevedo Esperante	
DOI 10.22533/at.ed.46519191233	
CAPÍTULO 34	424
CHAPECÓ/SC E PASSO FUNDO/RS: ESTUDO COMPARATIVO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	
Ana Laura Vianna Villela Gabriela Borges da Silva Emanuelli Schneiders Aléxander Augusto Ortmeier Maryon Brotto Isadora Zanella Zardo	
DOI 10.22533/at.ed.46519191234	
CAPÍTULO 35	441
PLANEJAMENTO URBANO EM SÃO PAULO, FASE PIONEIRA DOS ANOS 1950-60	
Adilson Costa Macedo Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.46519191235	
CAPÍTULO 36	447
POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL: FUNDAMENTOS PARA A ARQUITETURA EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL	
Vera Santana Luz	
DOI 10.22533/at.ed.46519191236	
CAPÍTULO 37	472
COMO O URBANISMO TEM SIDO OPERADO EM PROCESSOS DE CONCESSÃO: A APLICAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA	
Carolina Heldt D'Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191237	
SOBRE A ORGANIZADORA	493
ÍNDICE REMISSIVO	494

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: INFLUÊNCIA DO PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA PÚBLICA (EPTEC) PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA

Eufrosina de Azevêdo Cerqueira

Universidade Estadual de Feira de Santana

Feira de Santana - BA

Diogenes Oliveira Senna

Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana - BA

Adriele Souza da Silva

Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana - BA

RESUMO: *A concentração urbana crescente em aglomerações gigantescas, a intervenção maciça do Estado na produção dos equipamentos coletivos e as lutas urbanas em função das desigualdades sociais, são fatores que interferem na análise do processo urbano por que passam as cidades. As irregularidades existentes no processo de ocupação do solo têm causado em Feira de Santana, a segunda maior cidade da Bahia, demandas para que a regularização fundiária seja implementada de forma mais contundente. O objetivo desse artigo é avaliar a contribuição do EPTEC através das ações de regularização fundiária para o ordenamento da expansão urbana de Feira de Santana. Os dados da pesquisa foram obtidos através de pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo através da análise das atividades práticas desenvolvidas no Escritório de*

Engenharia Pública (EPTEC) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A partir da análise das demandas atendidas pode-se concluir que, mesmo de forma pontual, as solicitações que foram passíveis de solução, contribuíram para reduzir a ilegalidade de habitações populares, buscando garantir o direito à cidade que é inerente a todos os cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Regularização Fundiária, Expansão Urbana, Engenharia Pública. Feira de Santana.

LAND REGULARIZATION: INFLUENCE OF THE ROLE OF TECHNICAL ASSISTANCE PROVIDED BY THE ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA PÚBLICA (EPTEC) FOR THE FEIRA DE SANTANA URBANIZATION PROCESS

ABSTRACT: The increasing urban concentration in gigantic agglomerations, the massive State intervention in the production of collective equipment and the urban struggles due to social inequalities are factors that interfere in the analysis of the urban process that the cities has been passing. Irregularities in the land occupation process have caused demands in Feira de Santana, the second largest city in Bahia, demands for land regulation to be implemented more forcefully. . The objective of

this article is to evaluate the contribution of EPTEC through land regularization actions for the urban expansion of Feira de Santana. The research data were obtained through bibliographic research and field research through the analysis of practical activities developed at the Escritório de Engenharia Pública (EPTEC) of the Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). From the analysis of the demands fulfilled it can be concluded that, even in a punctual way, the requests that were solvable, contributed to reduce the illegality of popular housing, seeking to guarantee the right to the city that is inherent to all citizens.

KEYWORDS: Land Regularization, Urban Expansion, Public Engineering. Feira de Santana

1 | INTRODUÇÃO

Desde o seu início e até hoje, o processo de urbanização brasileiro vem ocorrendo com uma segregação social que mostra o contraste entre as áreas reguladas, dotadas de infraestrutura onde residem as classes de rendas médias e altas, áreas essas que em alguns casos são subutilizadas, e a periferia, onde as áreas públicas e privadas da maioria das cidades brasileiras são ocupadas por inúmeros assentamentos subnormais, habitados pela população de baixa renda, excluída do mercado imobiliário formal.

Surgem, portanto, favelas, cortiços, conjuntos habitacionais e loteamentos ilegais. Conforme relata Barros (2007, p. 11) eles apresentam as seguintes características: “elevada densidade habitacional, deficiência de infra-estrutura, carência de equipamentos comunitários e de áreas livres de lazer, habitações precárias, ocupações em áreas de risco iminente ou de áreas de interesse social e irregularidade fundiária e edilícia”.

A migração da população de várias cidades e regiões para Feira de Santana, fato que contribuiu para que sua expansão passasse a ocorrer em todos os sentidos e direções, aliado à forma do poder público de administrar a cidade, fizeram com que inúmeros assentamentos, como invasões e loteamentos irregulares ou clandestinos, fossem surgindo. De acordo com os estudos da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), já em 2001, existiam 50 assentamentos desse tipo, localizados na periferia da cidade (PMFS, 2012).

Observou-se que até a década de 1960 sua expansão foi ocorrendo de forma espontânea. Havia a disponibilidade de terra e muitas glebas, o que só facilitava essa expansão. Só a partir de 1968 é que se constatou uma mudança, com a realização do primeiro Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de Feira de Santana, que até então, não tinha nenhuma espécie de planejamento integrado para a cidade ou sua região.

Feira de Santana é um exemplo do padrão de urbanização, desafiador para o

poder público municipal. A falta ou a inadequada aplicação dos recursos, impedem a implementação de ações que permitam controlar o ordenamento do uso e ocupação do solo, de forma a assegurar a prestação de serviços de uso coletivo com qualidade, à população residente em grande parte, nos bairros localizados na periferia da cidade.

Um dos problemas inerentes ao processo de ocupação do solo é a falta de regularização fundiária, que, como instrumento de política pública, teve sua primeira legislação aprovada no Brasil em 2009, através da Lei Nº 11.977/2009, sendo pela primeira vez, definida por uma lei federal. Essa lei estabelece, ainda, procedimentos e competências e cria importantes instrumentos para a sua efetivação.

Esse tipo de ocupação ocorre em locais sem a infraestrutura de serviços a exemplo de saneamento, vias de circulação, transportes, escolas e creches e causa um complexo de problemas para serem sanados. O que se constata, conforme relata Santos (1998, p. 95) é que esses problemas existem na maioria das cidades brasileiras:

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem, etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os de emprego, habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos revelam enormes carências.

Com o objetivo de avaliar a contribuição do EPTEC através das ações de regularização fundiária para o ordenamento da expansão urbana de Feira de Santana realizou-se um estudo com pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo através da análise das atividades práticas, desenvolvidas no Escritório de Engenharia Pública (EPTEC) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Para atender a esse objetivo foi realizada uma análise sucinta sobre a expansão urbana de Feira de Santana, os instrumentos legais diretamente relacionados ao tema em estudo, de que forma o EPTEC trouxe contribuições e por fim, as considerações finais referentes à pesquisa desenvolvida.

2 | EXPANSÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA

Feira de Santana, município pertencente ao Estado da Bahia, Região Nordeste, Brasil, se originou de uma sesmaria designada por “Sesmaria de Tocós”, onde a sua história começou e, através das alterações no seu espaço urbano, chegou ao século XXI como Região Metropolitana.

Existia de forma marcante, a influência das relações comerciais de compra e venda do gado bovino, caracterizando a importância comercial de Feira de Santana no cenário regional daquela época. Essa importância como grande entreposto comercial, também advém da posição geográfica que Feira de Santana ocupa, a

meio caminho entre a costa e o interior. A combinação da topografia com diferentes solos e com chuvas moderadas permitiu que houvesse uma ampla variedade na produção agrícola. O fato é que a posição de Feira de Santana contribuiu para refletir na economia do município. Por várias décadas a cidade foi conhecida por ter uma das feiras de gado mais concorridas do Brasil.

A configuração das características espaciais de Feira de Santana está diretamente relacionada à necessidade de comercialização dos produtos agrícolas e do gado. O crescente aumento da população e a proximidade das cidades costeiras demandou um aumento do consumo e com isso sua expansão urbana se intensificou.

A expansão da cidade aconteceu inicialmente nos sentidos norte e sul. O aumento da população e a respectiva demanda por novas moradias fez com que a expansão também se consolidasse no sentido leste e oeste, conforme mostra o Figura 1 e de acordo com dados levantados pelo PDLI, elaborado em 1968. Esse mapa mostra a evolução da população urbana de 1767 até 1967. Observa-se que a expansão urbana de Feira de Santana ocorria nessa época, dentro da área limitada pela Avenida Eduardo Froes da Mota, popularmente conhecida como Anel de Contorno. Também se pode observar uma área em linhas tracejadas, que mostra onde se instalou o Centro Industrial do Subaé (CIS).

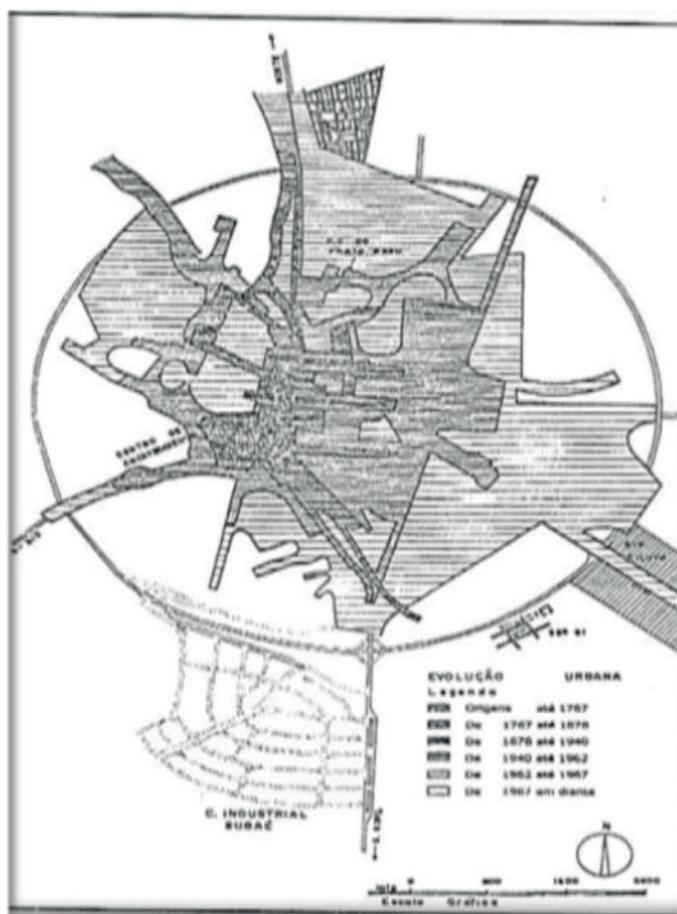


Figura 1 - Evolução da população urbana de Feira de Santana

Fonte: PMFS (1968).

Já a Figura 2 apresenta o mapa dados com a densidade demográfica dos

bairros de Feira de Santana, coletados em 1996, mostrando as áreas em que existe a maior e a menor concentração populacional. As 13 áreas em azul escuro são as que apresentam a maior densidade demográfica, a exemplo da Rua Nova, Calumbi, Ponto Central e Muchila. A expansão foi ocorrendo extra Anel de Contorno, como mostram as áreas em azul claro, e embora a densidade nessas áreas seja menor, contribuem para contextualizar essa expansão.

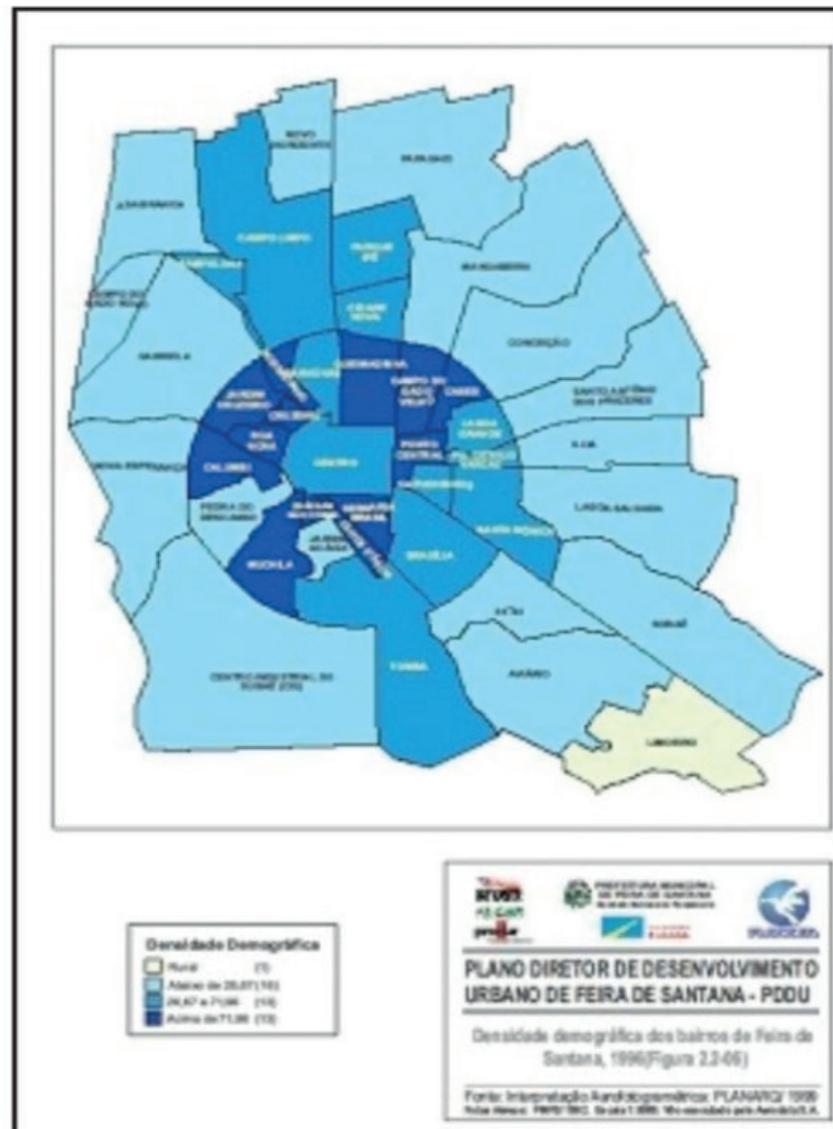


Figura 2 - Densidade demográfica em 1996

Fonte: PMFS (2006b).

Segundo Santo (2012, p. 137), entre as suas origens e a década de 1940, é possível observar que a expansão da cidade se dá principalmente no sentido Norte-Sudeste conforme mostra a Figura 3, de evolução da mancha urbana. Destaca ainda que na parte Sudeste, essa expansão acompanha a via férrea, que coincidia com o início do caminho para Salvador, sobre o Tabuleiro Interiorano.

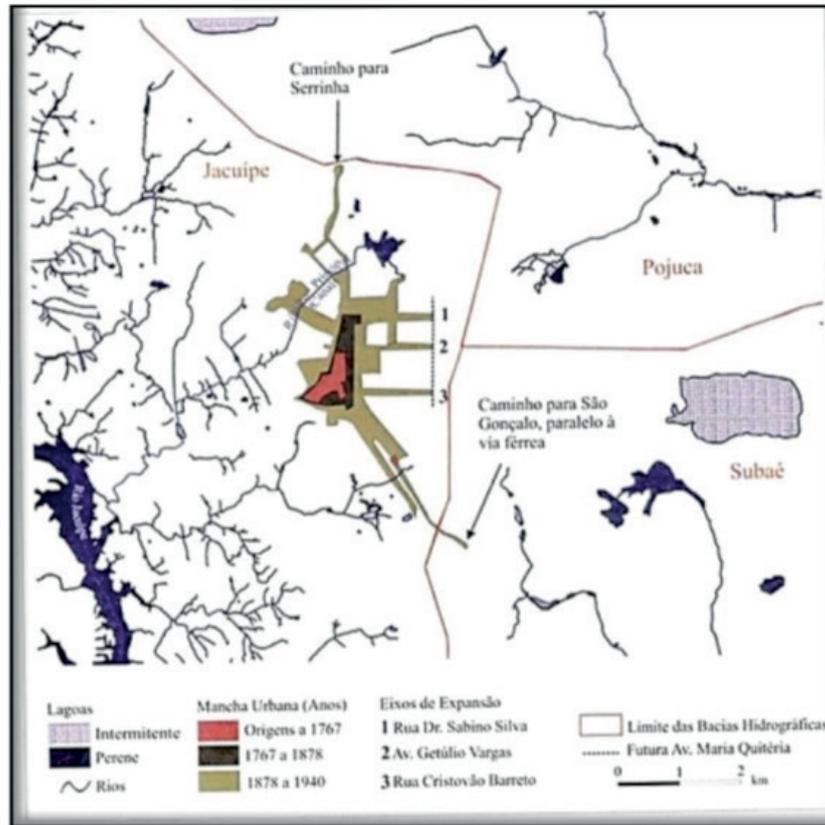


Figura 3 - Evolução da mancha urbana, 2012

Fonte: Santo (2012).

Silva, Silva e Leão (1985, p.261) realizando uma análise sobre o setor comercial de Feira de Santana trouxeram uma abordagem temporal de 1950 a 1980, contextualizando o reconhecimento dessa atividade:

Tradicionalmente, a cidade de Feira de Santana, como vimos anteriormente, sempre teve, no comércio, o reconhecimento de sua principal atividade econômica, a ponto de ser chamada, na região, de o “empório do sertão baiano” ou de “cidade comercial de Feira de Santana”, conforme a Lei de 6/6/1873, que lhe atribuiu a condição de cidade. Sua favorável posição geográfica, entre diferentes zonas geoeconômicas, foi fundamental para o crescimento do comércio.

A cidade de Feira de Santana marca essa vocação comercial devido ao grande fluxo de pessoas que passam para adquirirem os produtos que aqui são comercializados e por ser um entroncamento rodoviário, que liga os estados do Nordeste ao Sul e Sudeste. A expansão urbana de Feira de Santana sofreu a influência da abertura da Bahia-Feira, atual BR-324, o que definitivamente contribuiu para o seu crescimento. A configuração do espaço urbano em função da demanda que passou a ocorrer com a procura por novas moradias por causa do aumento populacional, fez com que começassem a surgir os bairros periféricos. No PDLI é feita uma análise sobre a ocupação do solo e a forma estrelada que a cidade passa a apresentar:

As vias de acesso a estes bairros geralmente são tortuosas e irregulares. Entre eles e o centro da cidade encontravam-se várias chácaras e grandes propriedades urbanas. Com o desenvolvimento e a valorização dos terrenos, surge o parcelamento para fins comerciais ocorrendo o traçado de ruas em malha retangular que são apoiadas nas ruas iniciais – tortuosas e irregulares que ligavam os bairros mais afastados, aspecto que conserva até hoje. A abertura mais recente de novas estradas, e algumas edificações, nortearam a ocupação do solo e reforçaram a forma ‘estrelada’ que possui a cidade. (PMFS, 1968, p.100).

O alto preço cobrado por um terreno no centro da cidade fomentou o crescimento dos bairros periféricos. A sua topografia favorável permitiu a expansão de Feira de Santana de forma horizontal, e a sua malha retangular surgiu do parcelamento das áreas verdes, que eram constituídas pelas chácaras e glebas, para fins comerciais.

O processo de periferização das cidades traz consigo a necessidade de se compreender a formação do espaço urbano, considerando o tempo e o espaço, as estruturas sociais, culturais, o modo de produção e as características de seus habitantes, em virtude da complexidade dos problemas que envolvem as cidades brasileiras, com destaque para as desigualdades sociais (desemprego, violência, lazer, segregação residencial, de educação, entre outras).

Feira de Santana sofre grandes alterações na sua dinâmica populacional sobre a influência da dinâmica capitalista. Sobre essa dinâmica e com base nos dados do censo realizado pelo IBGE (2010), pode-se concluir que há uma tendência de dispersão urbana, com o esvaziamento populacional da área central e aumento na área periférica:

Na escala intraurbana, os dados do censo 2000 já revelam a continuação do fenômeno de esvaziamento populacional na área central e nos bairros adjacentes localizados na porção interna ao anel de contorno. Se em 1996, 56% da população urbana ainda habitava a área circundada pelo anel de contorno, apenas quatro anos depois esse percentual cai para 54%, caindo para apenas 49% em 2010.

Os bairros localizados na porção sul do espaço intra-anel ganham população na década de 1990. Por outro lado, o bairro Centro perde 18% de sua população na década de 1990. Esse decréscimo populacional também acontece de forma acentuada nos bairros localizados a leste do Centro: Parque Getúlio Vargas (-10%), Capuchinos (-6%) e Ponto Central (-20%). (FREITAS; GOMES; BORGES, 2013, p.36).

Todas essas alterações na configuração da trama urbana demandaram por implementação de instrumentos legais que pudessem contribuir para dirimir problemas oriundos das desigualdades sociais.

3 | INSTRUMENTOS LEGAIS

Os instrumentos legais analisados considerados foram o Estatuto da Cidade, A Lei de Regularização Fundiária e a Lei Municipal de Regularização Fundiária.

No Estatuto da Cidade em seu Capítulo I, referente às Diretrizes Gerais, destacamos o Art. 10: Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei e o Parágrafo único: Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

No Título VII-Da Ordem Econômica e Financeira, em seu Capítulo II, que trata da Política Urbana, reza o Art. 182: que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Em seu § 1º aborda o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. E em seu § 2º a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Já no Art. 183: Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. No § 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil. No § 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez. E no § 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Para continuar o enfoque relacionado aos instrumentos legais realizamos uma análise da Lei No 11.977/2009, que se reporta às questões de regularização fundiária.

4 | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (LEI FEDERAL NO 11.977/2009)

Como a ocupação de forma desordenada vem causando problemas diversos no processo de urbanização, nas cidades do mundo e do Brasil, faz-se necessário a implementação de ações que contribuam para que haja uma política de melhor distribuição das habitações construídas em áreas de menor controle do poder público.

A Lei No 11.977/2009 abre um novo e promissor momento para a regularização fundiária urbana no Brasil. E o que é regularização fundiária? O conceito adotado foi aquele definido por um processo que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com a finalidade de integrar assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades e garantir o direito social à moradia de seus ocupantes, conforme (BRASIL, 2013, p. 17).

Essa Lei veio para contribuir com os instrumentos relacionados às políticas públicas existentes no Brasil, com o objetivo de efetivar ações de melhoria para o uso e ordenação da ocupação do solo.

5 I LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA (LEI COMPLEMENTAR Nº 65/2012) E LEI Nº 1614/2013

As leis municipais voltadas para a questão que se atém à regularização fundiária estão descritas no quadro 1, que abordou os itens, parágrafos e incisos, que mais interessaram para esse estudo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 65/2012		LEI Nº 1614/2013 – Capítulo V da Regularização Fundiária
§ 1º O Programa de Regularização Fundiária deverá atender as seguintes premissas:	IV - O município deve incentivar a criação de Cooperativas Hipotecárias para melhorias habitacionais e construção de pequenas habitações	I - Concessão real de direito de uso para as áreas de favelas ocupadas por população de baixa renda;
§ 2º Devem ser diretrizes gerais da Política Habitacional para Regularização Fundiária	I - Integração a outras intervenções ou programas do Estado e da União, em particular com o Ministério das Cidades e o Serviço do Patrimônio da União, nas áreas de seu domínio, a serem transferidas para a Prefeitura	II - Assegurar apoio de assistência jurídica e técnica gratuita à população de baixa renda para requerer o uso coletivo de propriedade urbana ocupada pelo prazo mínimo de cinco anos conforme prescreve o parágrafo primeiro do artigo 123 da Lei Orgânica do Município.
	II - Compatibilidade com a legislação federal, estadual e municipal	§ 1º Em nenhum caso poderá ser utilizada a doação de imóveis.
	III - Atendimento preferencial as ZEIS e as áreas objeto de intervenção urbanística, sobretudo quanto aos aspectos que envolviam lotes mínimos, recuos e outros parâmetros urbanísticos	§ 2º Não são passíveis de urbanização e regularização fundiária: os assentamentos ou favelas localizadas nas áreas de servidão pública do sistema viário, redes de abastecimento de água, esgotos, energia elétrica de alta tensão;
	IV - Definição de unidades habitacionais em parcelas que disponham no mínimo de acesso por via pública e de soluções adequadas de infra-estrutura.	Continuação do § 2º: áreas reservadas para realização de obras ou implantação de planos urbanísticos de interesse coletivo;
	V - Possibilidade de uso de parte da unidade para fins comerciais e de serviços, observada a LOUOS - Lei de Ordenamento de Uso de Ocupação do Solo.	Continuação do § 2º: áreas de alto risco à segurança e discriminadas para preservação ambiental e aqueles assentamentos existentes há menos de 18 (dezoito) meses da publicação desta Lei.

Quadro 1- Legislação municipal sobre Regularização Fundiária

Após destacarmos a legislação mais relacionada ao estudo em foco, que auxilia as ações desenvolvidas pelo EPTEC, estendemos as abordagens para a análise prática dos resultados obtidos e relacionados ao ordenamento da expansão urbana de Feira de Santana.

6 | CONTRIBUIÇÃO DO EPTEC PARA O ORDENAMENTO DA EXPANSÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA ATRAVÉS DAS AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O EPTEC é o Escritório de Engenharia Pública do Departamento de Tecnologia (DTEC) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) que visa trazer melhorias na qualidade de vida da comunidade, elevando o nível de segurança, eficiência e regularidade das habitações populares e equipamentos urbanos comunitários.

Serve à população residente no município de Feira de Santana e regiões circunvizinhas em situação de reconhecida e comprovada carência e que através de suas organizações e associações solicite os serviços prestados pelo EPTEC.

É um programa de extensão universitária do DTEC, que envolve professores, estudantes, profissionais e a comunidade carente de Feira de Santana e região. O EPTEC oferece uma importante contribuição ao aprendizado, ao ensino e à pesquisa dos envolvidos, especialmente dos estudantes, através da prática do conhecimento até aqui adquirido somente pelas vias acadêmicas tradicionais (aulas teóricas). Por meio também da vivência no escritório, que trabalha com engenharia pública e assistencialista, fomenta-se a consciência de uma engenharia mais social e menos técnica.

Tem ainda como objetivos prestar apoio e assistência técnica à população de baixa renda na elaboração de projetos de unidades habitacionais, equipamentos e espaços urbanos de uso comunitário; cadastro para desenvolvimento do memorial descritivo para usucapião a pedido da Defensoria Pública do Estado da Bahia, associações de bairros; promover a integração e participação dos alunos de engenharia civil no aprender fazendo e articular ações junto a instituições de pesquisa e de iniciativas similares.

O processo de assistência técnica desenvolvido pelo EPTEC estende-se atualmente, para 50 bairros de Feira de Santana que são: 35º BI, Asa Branca, Baraúna, Barroquinha, Brasília, Calumbi, Campo Limpo, Capuchinhos, Caraíbas, CASEB, Centro, Chácara São Cosme, Cidade Nova, Conceição II, Eucalipto, Feira IX, Feira VI, Feira X, Gabriela, George Américo, Jardim Acácia, Jardim Cruzeiro, JOMARFA, Lagoa Grande, Lagoa Salgada, Limoeiro, Loteamento Modelo, Mangabeira, Nova Esperança, Novo Horizonte, Pampalona, Papagaio, Parque Ipê, Parque Lagoa, Ponto Central, Parque Getúlio Vargas, Queimadinha, Santa Mônica, Santo Antônio dos Prazeres, São João, SIM, Sitio Novo, Sobradinho, Subaé, Tanque da Nação, Tiquaruçu, Tomba e Viveiros. E também atende as áreas urbanas dos 5 distritos que são: Bonfim de Feira, Ipuacu, Maria Quitéria, Humildes, Jaíba, Matinha, São José.

Embora exista demanda também para as áreas rurais dos distritos os atendimentos não estão sendo realizados por causa da legislação que exige um

profissional habilitado. Também em função das limitações oriundas da disponibilidade da equipe para atender a todas as solicitações.

Atualmente conta com a seguinte equipe: 4 professores, dois profissionais técnico-administrativo, embora um encontre-se atualmente afastado para Pós-graduação, dois alunos com bolsa da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UEFS, dois bolsistas da Defensoria Pública, 4 Estagiários da Disciplina obrigatória Estágio Supervisionado, além de voluntários extensionistas. Ao analisarmos os atendimentos realizados pela equipe do EPTEC destacamos que 251 procedimentos realizados foram de usucapião, conforme o gráfico da Figura 4 que mostra as ações de acordo com a sua localização em relação ao anel rodoviário de Feira de Santana.

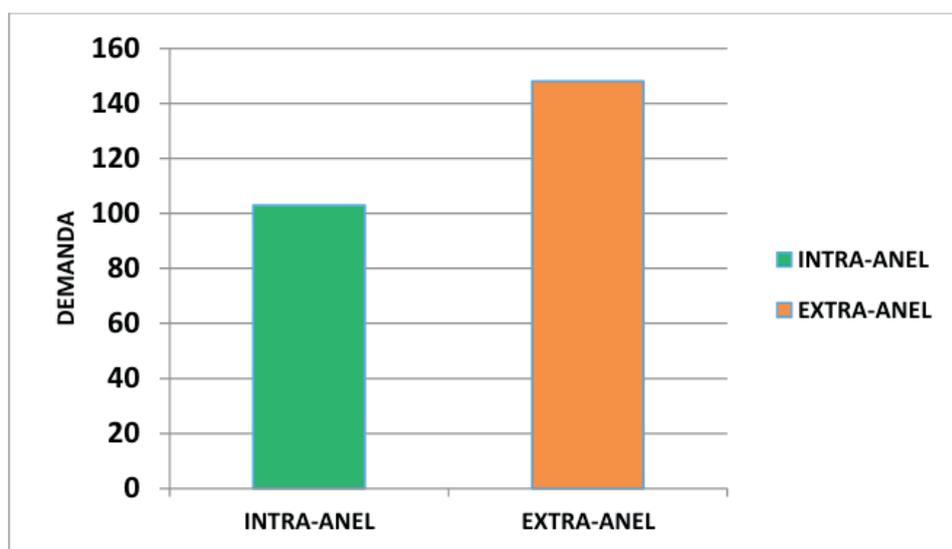


Figura 4 – Levantamento das ações do EPTEC, conforme a área de atendimento

Para caracterizar a expansão urbana de Feira de Santana mostramos que 103 procedimentos foram dentro da Avenida Eduardo Fróes da Mota, popularmente conhecida como Anel de Contorno e 148 fora do Anel de Contorno. As áreas periféricas, efetivamente demandam por mais atendimento para a regularização dos imóveis.

Já na Figura 5, apresentamos o levantamento de todos os cadastros realizados nos últimos 5 anos. Observou-se que, entre os anos de 2013 a 2015, 82% dos procedimentos realizados foram de elaboração de levantamento cadastral par fins de usucapião.

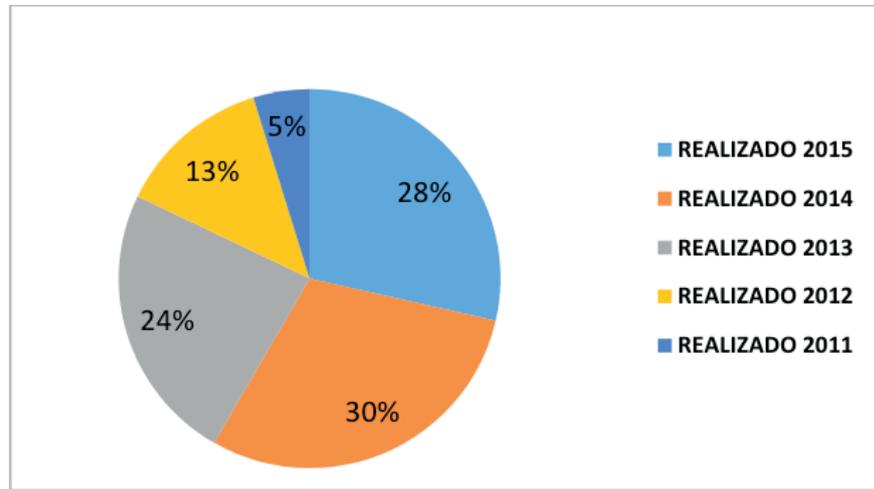


Figura 5 – Cadastros Realizados de 2011 a 2015

Embora ocorram procedimentos como a necessidade de realização de perícias, a participação da equipe do EPTEC em eventos, elaboração de artigos, projetos de reforma e ampliação, projetos para Associação de Moradores, projetos para a ampliação de imóvel, análise de algumas patologias construtivas, levantamento topográfico para instituições religiosas e construção de imóvel residencial, o levantamento cadastral de imóvel urbano, para fins de usucapião, é de forma contundente, a maior demanda existente na atualidade.

Na Figura 6 foi caracterizado um resumo geral por atividade destacando que 90,6% foram solicitações relacionadas aos processos de usucapião.

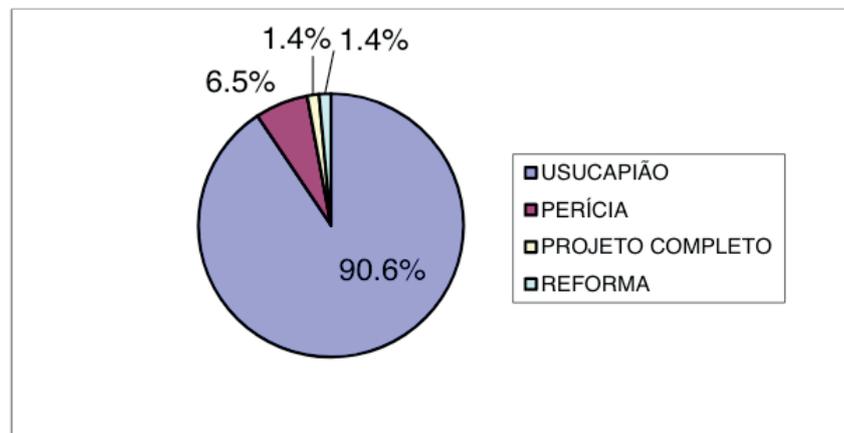


Figura 6 – Resumo das atividades

Esse aumento da demanda por levantamento cadastral, fica bem caracterizado, em função da parceria estabelecida com a Defensoria Pública do Estado da Bahia Seção Feira de Santana e o Eptec, a partir de 2013. Dessa parceria resultou, em contrapartida para o EPTEC, a possibilidade de selecionar dois bolsistas, que estão atuando para ajudar a reduzir as solicitações de elaboração de levantamento cadastral para fins de regularização.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos são qualitativos, poder-se-ia dizer que através da atuação profissional no campo da engenharia pública, no sentido de transformação do ambiente construído, a fim de requalificá-lo. Também podem ser definidos como quantitativos, a partir do momento em que há uma contribuição para a redução da ilegalidade em que se encontram muitas habitações populares.

As ações desenvolvidas pelos professores, funcionários e estudantes que prestam assistência técnica gratuita, para aqueles que mais precisam e não podem pagar por esse serviço, fazem com que a Universidade diminua a sua dívida social com aqueles que a financiam. Essas ações são projetos, consultorias e intervenções, cujos resultados foram obtidos através do próprio histórico do programa extensionista do EPTEC.

Com a redução da ilegalidade de algumas habitações populares, obtida através da atuação do EPTEC, mesmo que de forma pontual, concluiu-se que ações desta natureza podem efetivamente contribuir para a melhoria da qualidade de vida daqueles que mais dependem das intervenções do poder público e impactam no processo de urbanização de Feira de Santana.

REFERÊNCIAS

Brasil, Ministério das Cidades. **Regularização Fundiária Urbana: Como aplicar a Lei Federal No 11.977/2009**. Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2013.

BRUNO, Ana Paula; TERLIZZI, Marcia Maria Fartos; BAUTTO, Natasha Maria (Org.)

BARROS, Érica Márcia Leite (Coord). **Regularização Fundiária: Guia de orientação para áreas de ocupação consolidada**. 2007.

FREITAS, C.F. S.; GOMES, V.G.; BORGES, M. **Planejamento com uso de sistema de informação geográfica: o caso de Feira de Santana, BA**. Universitas: Arquitetura e Comunicação Social, v.10, n.1, p.35-45, jan./jun. 2013.

PMFS-Prefeitura Municipal de Feira de Santana. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)**. Feira de Santana, 1968.

PMFS-Prefeitura Municipal de Feira de Santana. Secretaria de Planejamento (SEPLAN). **Plano Local de Desenvolvimento Integrado. Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal**. Feira de Santana. 2006b.

PMFS-Prefeitura Municipal de Feira de Santana. **Anuário Estatístico de Feira de Santana**. Feira de Santana: CDL, 2012 a. v.3.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTO, S. M. **A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana-Bahia (1940-2010)**. 275f. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Salvador, 2012.

Silva, B.-C. N.; Silva, S.B.M.; Leão. S. O. **O subsistema urbano-regional de Feira de Santana.**
Recife: SUDENE; CPR, 1985.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 93, 194, 197, 204, 314, 388, 453
Apropriações 217, 219, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 424
Argamassa 103, 393, 395, 396, 407, 409, 410, 411, 412, 415, 465
Arqueologia Pós Desastre 96, 99
Arquitetura moderna 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 368, 417, 420, 422, 457
Arquitetura sensorial 1
Automação 357, 363, 364, 368, 369
Avaliação pós-ocupação 290, 292, 293, 301

B

Bacia de evapotranspiração 357, 365

C

Capoeira 37, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146
Concreto 20, 56, 57, 102, 104, 166, 224, 365, 366, 380, 381, 382, 384, 386, 388, 389, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 400, 402, 404, 405, 406, 407, 410, 413, 415, 416, 457, 459, 461, 465, 466
Construção sustentável 357, 359
Cultura 2, 4, 5, 6, 8, 11, 13, 15, 16, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 46, 47, 48, 52, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 88, 95, 99, 106, 123, 132, 134, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 152, 162, 163, 164, 165, 168, 170, 173, 174, 175, 185, 186, 188, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 216, 219, 223, 229, 230, 241, 242, 254, 286, 381, 422, 437, 448, 452, 457, 460, 468

D

Desastre ambiental 244
Documentação 12, 32, 42, 54, 58, 72, 80, 83, 90, 93, 94, 106, 117, 118, 325, 356, 383, 462

E

Educação patrimonial 92, 93, 151, 159, 192, 199, 200
Engenharia pública 302, 303, 304, 311, 314
Espaço de preservação 1
Espaço público 147, 155, 156, 157, 195, 197, 198, 202, 208, 210, 213, 214, 215, 217, 219, 225, 227, 229, 230, 276, 283, 287, 288, 289
Expansão urbana 256, 257, 259, 260, 261, 263, 276, 302, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 312, 314

F

Fontes renováveis 370, 371, 373

H

Habitação 64, 194, 233, 264, 270, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 314, 316, 319, 321, 327, 344, 440, 442, 448, 451, 457, 466, 468

Habitação de interesse social 270, 301, 319, 327

Habitação evolutiva 290

I

Impacto socioambiental 244

Inventário 59, 63, 79, 80, 83, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 147, 178, 179, 180, 181, 182, 323, 445

M

Manutenção 42, 51, 149, 151, 154, 183, 204, 206, 209, 213, 215, 236, 239, 247, 280, 285, 298, 329, 341, 347, 349, 350, 351, 352, 380, 381, 382, 386, 388, 390, 391, 429, 452, 455, 459, 484, 490

Matriz energética 370, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 378, 379

Meio ambiente 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 47, 159, 161, 165, 170, 196, 244, 245, 248, 254, 255, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 356, 366, 370, 372, 375, 394, 395, 404, 407, 447, 448, 462, 467, 468

Memória 14, 15, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42, 46, 47, 54, 58, 70, 72, 74, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 106, 109, 141, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 165, 172, 174, 178, 183, 216, 229, 238, 241, 243, 246, 282, 288, 423

Memória coletiva 34, 38, 42, 46, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 158, 165, 174, 183

Mineração 35, 46, 96, 97, 105, 107, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Museu 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 30, 43, 65, 81, 82, 106, 154, 169, 170, 185, 186, 192, 193, 196, 197, 200, 409, 480, 490

P

Paisagem 2, 32, 34, 35, 38, 40, 46, 47, 81, 87, 98, 107, 120, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 190, 196, 197, 198, 199, 201, 220, 222, 244, 245, 246, 247, 250, 252, 255, 279, 280, 284, 285, 288, 289, 424, 437, 453

Parque 1, 5, 8, 9, 10, 11, 17, 43, 44, 45, 122, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 221, 224, 251, 254, 308, 311, 372, 436, 480, 484, 490

Patologias 101, 313, 380

Patrimônio 4, 5, 14, 32, 35, 42, 45, 48, 50, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 120, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 184, 187, 188, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 231, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 260, 278, 279, 280, 282, 285, 288, 289, 310, 370, 381, 422, 446, 449, 453, 491

Patrimônio cultural 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 105, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 152, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 187, 190, 200, 244, 245, 253, 255, 370, 491

Patrimônio histórico 5, 14, 54, 63, 64, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 89, 95, 107, 114, 136, 141, 148, 152, 163, 180, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 255, 278, 280

Patrimônio industrial 32, 35, 42, 45, 231

Pintura 10, 19, 85, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 138, 154, 228, 237

Planejamento urbano 120, 275, 278, 289, 321, 439, 440, 441, 443, 444, 470, 472, 487, 488, 491
Policromia 108, 109, 110, 111, 120
Pontes 380, 381, 382, 391, 392
Preservação 1, 2, 3, 8, 12, 32, 42, 46, 48, 50, 51, 59, 63, 64, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 99, 106, 109, 110, 120, 136, 142, 147, 148, 149, 151, 152, 157, 158, 163, 164, 165, 168, 172, 174, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 249, 280, 286, 289, 310, 319, 332, 427, 453, 463, 477, 491

R

Reconstituição 14, 24, 391
Regularização fundiária 302, 304, 308, 309, 310, 311, 314, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 324, 326, 327
Resíduos 299, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 393, 394, 395, 396, 404, 405, 406, 407, 408, 414, 415, 452, 453, 465, 467
Resíduos sólidos urbanos 331, 333, 334, 335, 338, 339, 341, 344, 394

S

Serviço social 134, 135, 136, 144
Sustentabilidade 6, 89, 170, 194, 200, 246, 255, 284, 291, 344, 346, 354, 358, 361, 366, 367, 369, 446, 447, 448, 452, 459, 468

T

Teatros 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 81, 225
Território 41, 74, 82, 159, 162, 163, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 187, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 227, 248, 254, 318, 329, 422, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 430, 433, 434, 436, 438, 448, 453, 463, 466, 471, 472, 474, 475, 476, 477, 479, 480, 482, 484, 490

V

Valorização 4, 42, 48, 49, 87, 93, 95, 113, 145, 148, 156, 164, 175, 187, 190, 191, 195, 197, 199, 283, 308, 458

